

Fatores socioeconômicos e institucionais que contribuem para a evasão escolar no Ensino Médio

Socioeconomic and institutional factors contributing to high school dropout

Factores socioeconómicos e institucionales que contribuyen a la deserción escolar em la Educación Media

DOI: 10.5281/zenodo.21309817

Recebido: 08 jul 2026

Aprovado: 10 jul 2026

Vannorleide Rodrigues de Sabóia

Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Morada Nova – Ceará

vannorleide@hotmail.com

Vanuza Rodrigues de Saboia

Educação Física e Arte Educação – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Morada Nova – Ceará

vanuzasaboia@yahoo.com.br

Wagner Lima de Andrade

Educação Física e Arte Educação – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Morada Nova – Ceará

wagnermoradanova@yahoo.com.br

Maria de Fátima Chagas Raulino Nobre

Pedagogia – Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE)

Limoeiro do Norte – Ceará

Maria.nobre2@prof.ce.gov.br

Irismar de Freitas Souza Nogueira

Letras e Especialização em Linguística – Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE)

Morada Nova – Ceará

irismarfreitasnogueira@yahoo.com.br

Francisca Ineida de Freitas Sousa Alves

Letras – Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE)

Morada Nova – Ceará

Ineida.sousa@yahoo.com.br

Nilton Cláudio Maia

Ciências com Habilitação Plena em Química e Biologia – Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE)

Morada Nova – Ceará

nilttoncm@gmail.com

Helder Chagas Cavalcante

Geografia – Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE)

Morada Nova – Ceará

Heldercc2006@gmail.com

Maria de Fátima Pessoa de Sousa

Pedagogia – Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE)

Limoeiro do Norte – Ceará

Fapessoa18@hotmail.com

Fernando Everton Couto de Lima

Licenciatura Plena em Matemática – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Fortaleza – Ceará

Fernando.lima2@prof.ce.gov.br

RESUMO

A evasão escolar configura-se como a interrupção definitiva da trajetória escolar por parte do estudante, o qual se desvincula totalmente da instituição de ensino e não realiza a matrícula para o ano letivo subsequente, mesmo que tenha obtido aprovação ou reprovação no período anterior. Com efeito, as perdas educacionais acumuladas e o passivo social gerado por esse distanciamento impactam diretamente o bem-estar da população, a economia do território nacional e limitam o exercício pleno da cidadania. Diante de todo o panorama exposto e das problemáticas apresentadas, o presente estudo tem como objetivo principal analisar os fatores socioeconômicos e institucionais que contribuem para a evasão escolar no Ensino Médio. Para isso, realizou-se uma revisão narrativa com foco qualitativo, voltada para o exame e a discussão atenta dos textos científicos encontrados sobre a temática. A busca de artigos ocorreu em sites de relevância acadêmica e científica, como a PubMed, a SciELO e o Google Scholar, selecionando produções em língua portuguesa publicadas entre 2022 e 2026, com exceção da legislação de base. Os dados revelam que o desvinculo escolar é motivado primordialmente por condicionantes materiais, sendo que a necessidade de inserção precoce no mercado informal para complementação da renda familiar responde por uma parcela expressiva das desistências no fim da educação básica. Fatores exógenos como barreiras geográficas, falta de transporte na zona rural, disparidades étnico-raciais, gravidez na adolescência e as perdas digitais decorrentes da crise sanitária de COVID-19 operam de forma interligada na exclusão de jovens. No âmbito escolar, a infraestrutura precária dos prédios, currículos descontextualizados da realidade juvenil, desvalorização salarial do magistério, episódios de violência e a fragilidade das políticas de assistência estudantil geram apatia e rompem o vínculo do educando com o sistema. Conclui-se que mitigar o abandono exige a formulação de políticas públicas integradas que unam suporte financeiro direto às famílias vulneráveis, modernização estrutural das escolas e reformulações pedagógicas com metodologias ativas, aproximando a formação básica da cidadania e da realidade juvenil brasileira.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Ensino Médio. Desigualdade Social. Fatores Socioeconômicos. Aspectos Institucionais.

ABSTRACT

School dropout is characterized as the definitive interruption of a student's educational trajectory, resulting in a total detachment from the educational institution and a failure to enroll for the subsequent academic year, regardless of whether they passed or failed the previous period. Consequently, the accumulated educational losses and the social liabilities generated by this estrangement directly impact the population's well-being, the national economy, and limit the full exercise of citizenship. Given the aforementioned context and the issues presented, this study primarily aims to analyze the socioeconomic and institutional factors that contribute to high school dropout. To achieve this, a narrative review with a qualitative focus was conducted, aimed at carefully examining and discussing the scientific texts found on the subject. The search for articles took place on platforms of academic and scientific relevance, such as PubMed, SciELO, and Google Scholar, selecting Portuguese-language productions published between 2022 and 2026, with the exception of foundational legislation. The data reveal that school detachment is primarily driven by

material constraints, with the need for early entry into the informal labor market to supplement family income accounting for a significant portion of dropouts at the end of basic education. Exogenous factors such as geographical barriers, lack of transportation in rural areas, ethnic-racial disparities, teenage pregnancy, and digital losses resulting from the COVID-19 health crisis operate in an interconnected manner in the exclusion of young people. Within the school environment, the precarious infrastructure of buildings, curricula disconnected from youth reality, wage devaluation of the teaching profession, episodes of violence, and the fragility of student assistance policies generate apathy and break the student's bond with the system. It is concluded that mitigating dropout requires the formulation of integrated public policies that combine direct financial support to vulnerable families, structural modernization of schools, and pedagogical reformulations with active methodologies, bringing basic education closer to citizenship and the reality of Brazilian youth.

Keywords: School dropout. High school. Social inequality. Socioeconomic factors. Institutional aspects.

RESUMEN

La deserción escolar se configura como la interrupción definitiva de la trayectoria escolar por parte del estudiante, quien se desvincula totalmente de la institución educativa y no se matricula para el año lectivo subsiguiente, independientemente de haber aprobado o reprobado el período anterior. Como efecto, las pérdidas educativas acumuladas y el pasivo social generado por este distanciamiento impactan directamente en el bienestar de la población, en la economía del territorio nacional y limitan el ejercicio pleno de la ciudadanía. Ante todo el panorama expuesto y las problemáticas presentadas, el presente estudio tiene como objetivo principal analizar los factores socioeconómicos e institucionales que contribuyen a la deserción escolar en la Educación Media. Para ello, se realizó una revisión narrativa con enfoque cualitativo, orientada al examen y a la discusión atenta de los textos científicos encontrados sobre la temática. La búsqueda de artículos se llevó a cabo en sitios de relevancia académica y científica, como PubMed, SciELO y Google Scholar, seleccionando producciones en lengua portuguesa publicadas entre 2022 y 2026, con excepción de la legislación de base. Los datos revelan que la desvinculación escolar está motivada primordialmente por condicionantes materiales, siendo que la necesidad de inserción temprana en el mercado informal para complementar los ingresos familiares responde por una parte expresiva de los abandonos al final de la educación básica. Factores exógenos como barreras geográficas, falta de transporte en la zona rural, disparidades étnico-raciales, el embarazo adolescente y las pérdidas digitales derivadas de la crisis sanitaria de COVID-19 operan de forma interconectada en la exclusión de los jóvenes. En el ámbito escolar, la infraestructura precaria de los edificios, currículos descontextualizados de la realidad juvenil, la desvalorización salarial del magisterio, episodios de violencia y la fragilidad de las políticas de asistencia estudiantil generan apatía y rompen el vínculo del educando con el sistema. Se concluye que mitigar el abandono exige la formulación de políticas públicas integradas que unan el soporte financiero directo a las familias vulnerables, la modernización estructural de las escuelas y reformulaciones pedagógicas con metodologías activas, aproximando la formación básica a la ciudadanía y a la realidad juvenil brasileña.

Palabras clave: Deserción escolar. Educación media. Desigualdad social. Factores socioeconómicos. Aspectos institucionales.

1. INTRODUÇÃO

A evasão escolar configura-se como a interrupção definitiva da trajetória escolar por parte do estudante, o qual se desvincula totalmente da instituição de ensino e não realiza a matrícula para o ano letivo subsequente, mesmo que tenha obtido aprovação ou reprovação no período anterior (De Araújo et al., 2025). Esse ato difere substancialmente do abandono escolar, que se caracteriza pelo afastamento temporário do aluno durante o andamento do ano letivo, havendo, contudo, o retorno e a nova matrícula desse mesmo indivíduo no cenário educacional seguinte (Pinto et al., 2025). Compreender tais

conceituações de forma isolada é de suma importância para que os sistemas públicos de ensino possam mapear o fluxo de estudantes com precisão (Soares, 2024). Diante disso, a desvinculação completa indica que o jovem rompeu o vínculo jurídico que possuía com o estabelecimento de ensino (De Araújo et al., 2025).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o ensino é um direito de todos e um dever compartilhado de forma obrigatória entre a família e o Estado (Brasil, 1988). O ordenamento jurídico brasileiro determina a obrigatoriedade da garantia de acesso e, acima de tudo, a manutenção do jovem em todas as etapas de desenvolvimento da educação básica (De Araújo et al., 2025). Nota-se que o texto magno prioriza o desenvolvimento social por meio da formação cidadã e também pela preparação técnica para a inserção profissional (Gomes; Cavalcante, 2025). Desse modo, o não cumprimento integral dessas prerrogativas constitucionais gera um passivo social imensurável, pois priva o cidadão de exercer suas garantias fundamentais na sociedade (Batista Neto, 2024).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como Lei nº 9.394/1996, atua como o principal marco de regulamentação pedagógica no território brasileiro ao fixar as obrigações institucionais de cada esfera governamental (Brasil, 1996). De acordo com De Araújo e seus colaboradores (2025), a legislação nacional reforça que o processo educacional deve ser inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais históricos de solidariedade humana. O regramento jurídico detalha as competências administrativas escolares, exigindo que as redes desenvolvam mecanismos para que o educando frequente os espaços de ensino de forma contínua (Gomes; Cavalcante, 2025). Portanto, quando ocorre a interrupção desse fluxo protetivo, as metas estipuladas pela legislação de diretrizes e bases acabam sendo descumpridas (Batista Neto, 2024).

Historicamente, o Ensino Médio no Brasil foi estruturado como um espaço voltado predominantemente para o atendimento das classes sociais de maior poder aquisitivo (Sousa et al., 2025). Essa configuração antiga criava uma barreira de acesso que dividia os estudantes entre a formação voltada para a continuidade acadêmica e o ensino estritamente voltado para o trabalho técnico (Gomes; Cavalcante, 2025). Com o passar das décadas, as demandas sociais exigiram que o Estado promovesse a ampliação de vagas de forma universal (De Araújo et al., 2025). Contudo, esse crescimento no número de matrículas ocorreu de maneira desordenada e sem as transformações pedagógicas necessárias para acolher as classes populares (Ferreira; Balthazar; Ferreira, 2026).

As reformas na estrutura curricular que ocorreram recentemente no território brasileiro modificaram de forma considerável a rotina pedagógica dessa última etapa da educação básica (Sousa et al., 2025). A ampliação de vagas proporcionada pelas modificações legislativas, inclusive no modelo integrado à

formação técnica, buscou democratizar o conhecimento em diferentes regiões (Gomes; Cavalcante, 2025). Ocorre que as políticas de expansão física das redes de ensino não conseguiram vir acompanhadas de melhorias significativas nos ambientes de aprendizado (Ferreira; Balthazar; Ferreira, 2026). Essa falta de articulação entre os novos currículos e o suporte financeiro estudantil fragilizou o percurso formativo dos jovens (Cotrim-Guimarães, 2022).

Os dados numéricos de abrangência global indicam que cerca de 251 milhões de crianças e adolescentes encontram-se fora das instituições de ensino ao redor do mundo (Sousa et al., 2025). No território brasileiro, os levantamentos estatísticos gerais indicam que aproximadamente 244 mil jovens entre 6 e 14 anos estavam afastados dos estudos (Campos et al., 2025). Essa estatística nacional sofreu uma elevação expressiva de 171% na comparação direta com períodos anteriores de monitoramento (Werneck et al., 2026). De acordo com Gomes e seus colaboradores (2025), esse contingente populacional afastado das salas de aula cresceu de maneira expressiva em decorrência de transformações sociais recentes, alcançando o patamar de 400 mil crianças e jovens fora das redes de ensino.

O Ensino Médio concentra os índices estatísticos mais elevados de interrupção de estudos quando comparado aos anos iniciais da educação básica (Oliveira et al., 2024). A taxa oficializada de desvinculação nessa etapa específica atinge a marca de 5,9%, ao passo que o índice de retenção por reprovação alcança o percentual de 3,9% (Sousa et al., 2025). Existem estudos que demonstram que cerca de 63,7% dos estudantes brasileiros matriculados não conseguem obter a certificação de conclusão desse nível escolar (Campos et al., 2025). Em termos demográficos abrangentes, existem cerca de 9,6 milhões de cidadãos com mais de 15 anos que se afastaram das instituições sem estarem alfabetizados (Werneck et al., 2026).

A análise detalhada sobre a população adulta demonstra que 51,1% das pessoas com 25 anos ou mais não completaram a última etapa da educação básica em razão do afastamento precoce das salas de aula (Sousa et al., 2025). Durante períodos recentes de crise sanitária, o índice de abandono no Ensino Médio registrou uma elevação substancial de 128%, saltando de 165 mil para 377 mil estudantes que desistiram de frequentar as aulas (Farias et al., 2023). Essa interrupção abrupta de matrículas gerou uma quantidade significativa de vagas ociosas nas escolas públicas (Do Nascimento et al., 2025). Por conseguinte, constata-se uma perda expressiva no volume de indivíduos que conseguem finalizar a escolarização regular no tempo previsto (De Souza Manhães, 2023).

As disparidades entre as regiões geográficas brasileiras revelam que os estados situados nas porções Norte e Nordeste sofreram as maiores elevações nos índices de interrupção estudantil, com crescimentos de 846% e 218%, respectivamente (Sousa et al., 2025). Em contrapartida, as localidades pertencentes ao Sudeste registraram 38%, o Sul apresentou 31% e o Centro-Oeste alcançou 108% de aumento nessas taxas

(Werneck et al., 2026). Na rede pública estadual localizada em solo paraense, os dados históricos registram picos de até 16% de desvinculação de alunos (Gomes; Cavalcante, 2025). De igual modo, a taxa de afastamento no Ensino Médio público da região Norte atingiu uma média preocupante de 10,1% (Ferreira; Balthazar; Ferreira, 2026).

A desvinculação completa dos estudantes provoca prejuízos de ordem financeira que superam o montante de R\$ 35 bilhões de reais na renda direta dos cidadãos afetados (Campos et al., 2025). Constatase também uma diminuição de R\$ 18 bilhões de reais por ano (Sousa et al., 2025). As despesas demandadas na área de atendimento à saúde pública absorvem outros R\$ 28 bilhões de reais anuais por conta das vulnerabilidades geradas pela falta de instrução formal (Campos et al., 2025). De acordo com De Araújo e seus colaboradores (2025), o não encerramento dos ciclos escolares compromete a habilidade de leitura, escrita e raciocínio lógico dos indivíduos. Como resultado desse cenário, os sujeitos encontram sérias barreiras de inserção social que afetam o orçamento de diversos ministérios governamentais (Silva, 2025).

Para o cidadão que se afasta da escola, as consequências manifestam-se por meio do rebaixamento do valor de sua força de trabalho no mercado (Pinto et al., 2025). Ocorre o comprometimento severo do desenvolvimento cognitivo, cultural e intelectual do jovem que não conclui a educação básica (De Araújo et al., 2025). O indivíduo passa a conviver com sentimentos frequentes de desvalorização pessoal e diminuição acentuada de sua autoestima (Oliveira et al., 2024). Consequentemente, as chances de inserção em vagas de emprego qualificadas tornam-se drasticamente reduzidas para essa parcela populacional (De Miranda Losada; Da Silva, 2026).

O afastamento dos bancos escolares também deprime as condições gerais de qualidade de vida e impulsiona o surgimento de quadros severos de depressão entre os jovens (Pinto et al., 2025). Estudos apontam que a ausência de formação adequada correlaciona-se com a elevação dos índices de criminalidade e violência urbana (De Araújo et al., 2025). Nota-se também o crescimento da incidência de gravidez não planejada na adolescência e a exposição ao comércio ilícito de entorpecentes (Campos et al., 2025). Assim, o espaço que deveria servir para a proteção social acaba sendo substituído por percursos de extrema vulnerabilidade (Do Nascimento et al., 2025).

A consolidação da desigualdade de classes sociais desponta como o efeito mais grave do encerramento precoce da vida escolar dos estudantes (Pinto et al., 2025). De acordo com De Araújo e seus colaboradores (2025), a ausência de qualificação formal enfraquece o capital social e restringe a atuação política e comunitária do cidadão. As pessoas que não finalizam o Ensino Médio acabam restritas ao desempenho de funções informais caracterizadas por remunerações baixas (Ferreira; Balthazar; Ferreira,

2026). Por esse motivo, os indivíduos encontram imensas dificuldades para romper com as condições de vulnerabilidade que herdaram de suas famílias (Cotrim-Guimarães, 2022).

As instituições de ensino também sofrem danos diretos com o abandono e a posterior evasão de suas turmas de alunos (Pinto et al., 2025). Ocorre uma deterioração acentuada nos indicadores de qualidade e na reputação social desses estabelecimentos de educação (Do Nascimento et al., 2025). A eficiência administrativa fica comprometida em razão do desperdício de insumos públicos e da ociosidade de professores (Gomes; Cavalcante, 2025). Diante do exposto, a investigação dessa temática fundamenta-se na necessidade de se produzir subsídios teóricos que colaborem para diminuir a reprodução da pobreza e o desemprego juvenil no país (De Araújo et al., 2025). O entendimento da dinâmica de afastamento dos estudantes permite que os gestores educacionais elaborem estratégias de acolhimento pedagógico mais eficientes e conectadas com as demandas sociais. Portanto, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar os fatores socioeconômicos e institucionais que contribuem para a evasão escolar no Ensino Médio.

2. METODOLOGIA

A construção deste trabalho foi realizada por meio de uma revisão narrativa com foco qualitativo, voltada para o exame e a discussão atenta dos textos científicos encontrados sobre a temática. A preferência por esse tipo de pesquisa se deu para compreender como os cenários de vulnerabilidade e o funcionamento das redes de ensino afetam a permanência dos alunos, indo além do mero levantamento de tabelas ou dados numéricos. Utilizando o modelo narrativo, foi possível detalhar as barreiras financeiras, sociais e as práticas cotidianas das escolas que resultam no abandono dos estudos, oferecendo uma sustentação teórica que os formatos de revisão estritamente quantitativos não conseguem demonstrar.

A busca dos artigos e materiais informativos que serviram de base para a formulação do estudo ocorreu em sites de relevância acadêmica e científico, como a PubMed, a SciELO e o Google Scholar. Para rastrear as produções dentro desses sistemas de busca, foram combinados os termos: Evasão Escolar, Ensino Médio, Desigualdade Social, Fatores Socioeconômicos e Aspectos Institucionais. Imediatamente após essa verificação nas plataformas, separaram-se somente os trabalhos disponibilizados na língua portuguesa para compor a base do texto.

Como critérios de inclusão estabelecidos na pesquisa, os materiais selecionados respeitaram regras ligadas à data de publicação dos estudos, determinando o intervalo de tempo de forma obrigatória entre os anos de 2022 e 2026. Essa escolha serviu para garantir que o estudo apresentasse a situação atualizada das escolas públicas e privadas, focando nos motivos recentes que provocam a saída dos estudantes. Abriu-se uma exceção nessa restrição de anos para acolher as leis fundamentais que regem o assunto, como a

Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, por conta de sua relevância essencial para o debate.

Como critérios de exclusão determinados para o trabalho, descartaram-se os artigos que demonstravam uma organização de pesquisa fraca ou sem clareza, além de publicações curtas e resumos de encontros acadêmicos que não contavam com o arquivo completo disponível para leitura. Da mesma forma, foram rejeitados os textos que tangenciavam a o núcleo temático, ou seja, estudos que deixavam de detalhar de forma direta as condições socioeconômicas e institucionais que provocam a evasão escolar no Ensino Médio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com De Araújo e seus colaboradores (2025), a impossibilidade de manutenção dos estudantes nas instituições decorre de condicionantes materiais que limitam as escolhas das famílias de menor poder aquisitivo. Essa realidade financeira força uma parcela expressiva de jovens a priorizar o sustento imediato em detrimento da continuidade de sua formação acadêmica, gerando um afastamento definitivo da rotina escolar (Pinto et al., 2025). Conforme apontam Ferreira, Balthazar e Ferreira (2026), a inserção precoce no mercado de trabalho informal surge como uma resposta necessária à escassez de recursos no ambiente doméstico. Desse modo, o dilema entre trabalhar para garantir a sobrevivência ou frequentar as salas de aula resulta no afastamento de grande parte dos matriculados, que abandonam os estudos antes de concluir a educação básica (Sousa et al., 2025).

Aprofundando a questão econômica, a necessidade de geração de renda responde diretamente por 41,7% das desistências registradas nos anos finais do percurso escolar (Sousa et al., 2025). Segundo Pinto e seus colaboradores (2025), muitos estudantes tentam conciliar a rotina de emprego com as demandas das disciplinas, mas a sobrecarga física e mental inviabiliza o aproveitamento pedagógico mínimo. Essa dinâmica de exclusão pelo trabalho afeta os adolescentes mais velhos, que sofrem pressões familiares para assumir responsabilidades financeiras de adultos antes do tempo (Gomes; Cavalcante, 2025). Portanto, o suporte financeiro governamental mostra-se indispensável para reverter esse cenário de abandono forçado pelas condições materiais e garantir que esses jovens possam se dedicar integralmente à formação escolar (Ferreira; Balthazar; Ferreira, 2026).

Além dos entraves financeiros, as barreiras geográficas também impõem obstáculos logísticos para as comunidades que residem em áreas rurais ou em regiões de difícil acesso (Ferreira; Balthazar; Ferreira, 2026). Diante desse isolamento territorial, a escassez de rotas regulares de transporte escolar e a distância entre as residências e as escolas tornam a assiduidade diária uma tarefa complexa (De Araújo et al., 2025).

De acordo com Pinto e seus colaboradores (2025), essa infraestrutura deficitária de deslocamento atua como um fator de desmotivação e fadiga dos discentes que dependem do suporte público. Com efeito, a carência de investimentos em mobilidade pública consolida a exclusão dos estudantes que habitam fora dos grandes centros urbanos e periféricos (Gomes; Cavalcante, 2025).

Paralelamente aos recortes geográficos, as disparidades étnico-raciais tornam-se evidentes quando se analisa o perfil dos jovens que mais evadem, evidenciando uma discrepância entre alunos brancos, negros, pardos e indígenas (Farias et al., 2023). Segundo Sousa e seus colaboradores (2025), o sistema educacional falha em criar mecanismos de acolhimento que considerem as vulnerabilidades específicas das populações marginalizadas. Há estudos que demonstram que a falta de representatividade e o preconceito estrutural nos ambientes escolares aprofundam o desengajamento desses grupos (De Araújo et al., 2025). Desse modo, as desigualdades de renda concentram os maiores índices de exclusão na população preta e originária, distanciando-as das oportunidades educacionais (Cotrim-Guimarães, 2022).

Somando-se a esse panorama de discriminação, De Araújo e seus colaboradores (2025) explicam que as metodologias de ensino e as matrizes curriculares vigentes negligenciam as diversidades culturais e de identidade dos estudantes de minorias. Essa descontextualização curricular afeta os discentes que se identificam como LGBTQIAPN+, os quais enfrentam ambientes hostis e desprovidos de redes de apoio institucional (Pinto et al., 2025). Conforme discute Cotrim-Guimarães (2022), a falta de políticas de respeito à diversidade sexual e de gênero empurra esses jovens para fora das escolas de forma simbólica. Como consequência, a ausência de um clima escolar seguro transforma o espaço em um local de exclusão e violência psicológica continuada (Do Nascimento et al., 2025).

No que diz respeito às questões de gênero, a ocorrência da gravidez na adolescência configura-se como outro determinante de relevância, afetando a permanência das jovens nas redes de ensino (Pinto et al., 2025). Conforme relata Silva (2025), as estudantes grávidas ou que já são mães deparam-se com a falta de creches, horários flexíveis e redes de apoio para conciliar os cuidados infantis com os estudos. Esse cenário de isolamento e estigma social obriga as adolescentes a abandonarem a escola para se dedicarem exclusivamente à maternidade (De Araújo et al., 2025). Por conseguinte, a ausência de diretrizes pedagógicas inclusivas para as jovens mães perpetua a exclusão educacional de gênero no Ensino Médio (Campos et al., 2025).

Para além dessas problemáticas, as consequências da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 aceleraram o processo de afastamento estudantil (Sousa et al., 2025). Em termos práticos, o modelo de ensino remoto adotado de forma emergencial evidenciou o abismo digital existente entre as diferentes classes sociais (Pinto et al., 2025). Conforme demonstram Gomes e Cavalcante (2025), a

ausência de computadores e de conexões de internet de qualidade impediu que os alunos de baixa renda acompanhassem as tarefas propostas. Assim, o período de isolamento social impôs perdas de aprendizado que inviabilizaram o retorno presencial de milhares de jovens sem recursos (Farias et al., 2023).

Em virtude desse atraso tecnológico, a transição tardia para as atividades presenciais na região Norte resultou no registro das maiores taxas de evasão e abandono do país (Gomes; Cavalcante, 2025). Segundo Pinto e seus colaboradores (2025), cerca de dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não retornaram às escolas após o fim das restrições sanitárias. Os estudantes que voltaram manifestam dificuldades para acompanhar as explicações dadas pelos docentes em sala devido ao hiato de aprendizado (De Araújo et al., 2025). De acordo com Farias e seus colaboradores (2023), o impacto sofrido durante o confinamento gerou uma defasagem cumulativa difícil de ser superada sem programas de recuperação específicos.

Por fim, no que diz respeito ao conjunto de vulnerabilidades observadas, torna-se indispensável associar esses fenômenos exógenos ao desenho da gestão institucional e ao nível de conservação dos prédios escolares, variáveis que exercem forte influência na retenção dos matriculados (Ferreira; Balthazar; Ferreira, 2026). Sob essa ótica, muitas escolas funcionam com infraestrutura precária, sem acesso à água potável ou banheiros em condições dignas de uso (Pinto et al., 2025). Segundo Do Nascimento e seus colaboradores (2025), o clima organizacional hostil, somado à baixa remuneração e desmotivação do corpo docente, distanciam o aluno do interesse pelos estudos. Em suma, as falhas administrativas do sistema educacional brasileiro acabam por cancelar o engajamento e a consequente evasão (Batista Neto, 2024).

A partir da compreensão desse panorama de infraestrutura, a fragilidade das políticas de assistência estudantil dentro das redes de ensino impede o acolhimento adequado de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem acumuladas desde o Ensino Fundamental (Oliveira et al., 2024). De acordo com De Araújo e seus colaboradores (2025), a repetência crônica e a falta de acompanhamento psicopedagógico geram uma sensação de incapacidade no estudante, enfraquecendo seu vínculo com a escola. Conforme discutido por Pinto e seus colaboradores (2025), os sinais de fadiga e desânimo surgem quando os discentes percebem que os conteúdos transmitidos são excessivos e desconectados de suas necessidades diárias. Diante disso, a ausência de metodologias ativas e atrativas empurra o estudante para fora do sistema escolar (Batista Neto, 2024).

Somado a essas falhas estruturais, o desinteresse manifestado por uma parcela de alunos desponta como um fator secundário, mas relevante, para a desistência no Ensino Médio (Pinto et al., 2025). De acordo com De Araújo e seus colaboradores (2025), essa falta de entusiasmo decorre, em parte, de um modelo

pedagógico engessado, cujos conteúdos curriculares são considerados exagerados e descontextualizados da realidade social dos jovens. Tanto os professores quanto os próprios discentes compartilham da opinião de que a rigidez das matérias anula a motivação necessária para frequentar a instituição (Pinto et al., 2025). Logo, a apatia do educando reflete a necessidade de o sistema de ensino se renovar perante as novas gerações (Soares, 2024).

Outro ponto institucional relevante diz respeito à desvalorização e à falta de formação continuada para os professores das redes públicas estaduais e municipais (Gomes; Cavalcante, 2025). Segundo Pinto e seus colaboradores (2025), o corpo docente desmotivado devido aos baixos salários apresenta dificuldades para atualizar seus métodos de trabalho, tornando as aulas monótonas e incapazes de prender a atenção. Conforme apontam Ferreira, Balthazar e Ferreira (2026), essa desarticulação pedagógica cria um distanciamento severo entre educadores e educandos, o que mina o clima escolar e enfraquece a permanência. Dessa forma, as carências de investimento na carreira do magistério repercutem negativamente na retenção dos jovens nas salas de aula (Soares, 2024).

Sob a perspectiva das relações interpessoais, a incidência de violência escolar e a falta de campanhas de combate ao bullying degradam a convivência dentro do espaço de aprendizado (Pinto et al., 2025). Segundo Do Nascimento e seus colaboradores (2025), os estudantes que sofrem preconceito ou discriminação passam a enxergar a escola como um ambiente hostil e perigoso, recusando-se a frequentar as aulas. De acordo com De Araújo e seus colaboradores (2025), o sofrimento psicológico decorrente dessa falta de proteção institucional lesa diretamente a saúde mental dos adolescentes, resultando em ansiedade e depressão. Assim, a omissão da gestão escolar no enfrentamento dessas violências consolida processos silenciosos de expulsão de alunos vulneráveis (Campos et al., 2025).

Adicionalmente, nota-se que a falta de engajamento e de comunicação entre as famílias e a escola reduz a rede de apoio necessária para a permanência do jovem nas etapas finais da educação básica (Pinto et al., 2025). Segundo De Araújo e seus colaboradores (2025), a ausência de incentivo e suporte emocional no ambiente doméstico gera desânimo nos estudantes, que não enxergam utilidade na conclusão dos estudos. Conforme explicam Gomes e Cavalcante (2025), o diálogo aberto entre gestores, pais e alunos é um elemento determinante para identificar riscos de desistência antes que o vínculo seja rompido de vez. Logo, o isolamento institucional da escola em relação à comunidade civil agrava os índices de evasão observados (Batista Neto, 2024).

Analisando o cenário sob a ótica das desigualdades regionais brasileiras, as redes de ensino localizadas nas periferias enfrentam maiores dificuldades de financiamento e manutenção predial (Ferreira; Balthazar; Ferreira, 2026). De acordo com Sousa e seus colaboradores (2025), as escolas geridas pelas redes

estaduais e municipais situadas nos grandes centros urbanos possuem, em média, mais recursos tecnológicos do que aquelas situadas em zonas periféricas e rurais. Conforme aponta Cotrim-Guimarães (2022), essa distribuição desigual do orçamento público perpetua ambientes escolares precários que repelem os estudantes das camadas populares. Por conseguinte, a escassez de pátios, bibliotecas e quadras esportivas adequadas reduz a atratividade do ambiente de ensino (Pinto et al., 2025).

No que tange às demandas do mercado produtivo, a desconexão histórica entre a formação oferecida e as exigências profissionais reais frustra as expectativas dos jovens que buscam inserção laboral imediata (Gomes; Cavalcante, 2025). Segundo De Araújo e seus colaboradores (2025), os estudantes anseiam por uma qualificação técnica de qualidade que lhes garanta autonomia financeira e melhores salários após a formatura. Conforme detalhado por Pinto e seus colaboradores (2025), a rigidez curricular impede que a escola ofereça oportunidades de estágio e parcerias com empresas locais de forma integrada. Esse engessamento afasta os discentes que preferem abandonar o colégio para priorizar trabalhos, mesmo que informais e precários (Sousa et al., 2025).

4. CONCLUSÃO

A evasão no Ensino Médio resulta de um conjunto amplo de vulnerabilidades sociais e deficiências estruturais do sistema público de ensino, que operam de forma interligada e marginalizam os estudantes das camadas populares. Os dados analisados em âmbito nacional apontam que a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, as severas barreiras geográficas enfrentadas por quem reside na zona rural e os reflexos pedagógicos e econômicos da pandemia de COVID-19 atuam de forma combinada no afastamento dos jovens das salas de aula. O cenário agrava-se ainda mais diante das históricas disparidades étnico-raciais e de gênero, bem como pela recorrente falta de acolhimento institucional voltada a estudantes LGBTQIAPN+ e adolescentes grávidas, o que evidencia a urgência de transformar a escola em um verdadeiro espaço de proteção social, equidade e permanência duradoura.

Por sua vez, os fatores internos ao ambiente escolar, a exemplo da infraestrutura precária de muitos prédios públicos, da desvalorização salarial e da falta de formação continuada do magistério nas redes estaduais e municipais, somam-se ao desinteresse de uma parcela dos discentes por currículos considerados engessados e distantes da realidade cotidiana. Diante disso, conclui-se que mitigar o abandono exige a formulação e o cumprimento de políticas públicas coordenadas, capazes de unir o suporte financeiro direto às famílias vulneráveis, a modernização dos espaços físicos das escolas e a reformulação pedagógica das disciplinas. Sugere-se, para investigações acadêmicas futuras, o acompanhamento sistemático do impacto de programas governamentais de transferência de renda na assiduidade dos alunos, bem como a avaliação

rigorosa de metodologias de ensino ativas que consigam aproximar a formação básica dos anseios da realidade juvenil brasileira.

Além disso, a articulação financeira e administrativa entre as diferentes esferas governamentais precisa ser urgentemente intensificada pelas secretarias de educação para assegurar que os orçamentos e repasses públicos cheguem de forma equitativa e prioritária às regiões e comunidades mais afetadas pelos índices de exclusão. A carência de transporte escolar regular, a falta de manutenção de laboratórios de informática e a ausência de incentivos materiais à permanência criam obstáculos adicionais que perpetuam a exclusão de jovens pertencentes às classes sociais menos favorecidas. Portanto, o combate a esse fenômeno social não passa apenas por reformas isoladas nas matrizes curriculares, mas requer necessariamente uma mudança estrutural profunda nas condições de vida, de deslocamento e de acesso à cidadania para os estudantes que habitam as periferias urbanas e as áreas agrícolas do país.

Portanto, torna-se fundamental que a comunidade escolar, os órgãos de gestão pública e os núcleos familiares trabalhem em conjunto para reconstruir o sentido de pertença, de valorização cultural e de utilidade do Ensino Médio na vida profissional e pessoal das novas gerações. O desenvolvimento de projetos interdisciplinares que valorizem a diversidade étnica, combatam o bullying institucionalizado e acolham as minorias pode reverter os índices de abandono e fortalecer o papel social da escola pública contemporânea. Dessa maneira, esse estudo reforça a necessidade de um compromisso coletivo e continuado do Estado e da sociedade civil, focado no princípio da justiça social e na garantia irrestrita do direito constitucional à educação de qualidade para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BATISTA NETO, Geraldo Mendes. **Análise e previsão da evasão escolar no ensino médio em instituições federais brasileiras**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/4033>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidente da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 mar. 2026.

CAMPOS, Ana Beatriz Teixeira et al. **Evasão e abandono escolar: análise das consequências sociais, econômicas e dos fatores contribuintes**. Anais da IX Mostra Científica da Faculdade Multivix Cachoeiro

de Itapemirim, v. 29, 2025. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2025/04/Anais-2024-IX-Mostra-Cientifica-Cachoeiro.pdf#page=51>. Acesso em: 4 mar. 2026.

COTRIM-GUIMARÃES, Iza Manuella Aires. **Desigualdades sociais, evasão e permanência no ensino médio integrado: uma análise sob a perspectiva do processo pedagógico**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/9059cddc-a782-4c35-bc87-a4691d412e22>. Acesso em: 4 mar. 2026.

CUSTÓDIO, Volnei et al. **Evasão escolar no ensino médio noturno: determinantes sociais, culturais e históricos**. 2024. Disponível em: <http://65.108.49.104/handle/123456789/939>. Acesso em: 4 mar. 2026.

DE ARAUJO, Cláudia Lima et al. Evasão Escolar: Causas e impactos da evasão escolar no Brasil e no mundo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 1945-1965, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17879>. Acesso em: 4 mar. 2026.

DE MIRANDA LOSADA, Ana Cecilia Melo; DA SILVA, Rozineide Iraci Pereira. Fatores determinantes do sucesso acadêmico e abandono escolar na educação de jovens e adultos: um estudo de caso em escolas públicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 3, p. 1-13, 2026. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/24536>. Acesso em: 4 mar. 2026.

DE SOUSA, William Carlos et al. Evasão escolar no Brasil: uma análise dos fatores determinantes e estratégias de combate. **Aracê**, v. 7, n. 9, p. e8214, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/8214>. Acesso em: 4 mar. 2026.

DE SOUZA MANHÃES, Estéfane Pereira Pinto. **A evasão escolar no ensino médio e a vulnerabilidade socioeconômica: um estudo segundo PNAD contínua 2019 e 2022**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/352e0555-9547-493a-a685-39b908763b2b>. Acesso em: 4 mar. 2026.

DO NASCIMENTO, Silmara Ferreira et al. A influência do ambiente escolar na permanência dos alunos: relação entre clima e evasão escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 9, p. 2893-2903, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21107>. Acesso em: 4 mar. 2026.

FARIAS, Érica Oliveira de Castro et al. **As desigualdades sociais na educação e seus impactos sobre o processo de evasão e retenção dos alunos do ensino médio integrado em um Instituto Federal no período de pandemia**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1432>. Acesso em: 4 mar. 2026.

FERREIRA, Laura Rabelo De Carvalho; BALTHAZAR, Glauber Da Rocha; FERREIRA, Alexandre Beletti. Análise da evasão escolar no Brasil com aprendizagem de máquina: evidências a partir de dimensões regionais, institucionais e da renda média. **Revista para Graduandos – REGRASP**, v. 11, n. 1, p. 225-252, 2026. Disponível em: <https://regrasp.spo.ifsp.edu.br/index.php/regrasp/article/view/1329>. Acesso em: 4 mar. 2026.

GOMES, Jader Jefferson Andrade; CAVALCANTE, Rivadavia Porto. Estudo da evasão escolar no ensino médio integrado: determinantes estruturais e desafios à permanência na educação profissional e

tecnológica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 11, p. 9510-9533, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/22566>. Acesso em: 4 mar. 2026.

OLIVEIRA, Manoela Ziebell de et al. **Identificação de fatores de risco para evasão escolar em Ensino Fundamental e Médio**. *Avaliação Psicológica*, v. 23, n. 4, p. 456-465, 2024. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-04712024000400010&script=sci_arttext. Acesso em: 4 mar. 2026.

PINTO, Ana Paula Aparecida Radiuc et al. **O problema da evasão escolar nas escolas públicas**. 2025. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/45215>. Acesso em: 4 mar. 2026.

SILVA, Iara das Chagas da. **Estigma e evasão escolar feminina: barreiras sociais e desafios para a permanência educacional**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/9242>. Acesso em: 4 mar. 2026.

SOARES, Edilene Darley. **Práticas educacionais inovadoras no enfrentamento da evasão**. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Universitário UniHorizontes, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://mestrado.unihorizontes.br/wp-content/uploads/2025/04/EDILENE-DARLEY-SOARES-2024.2.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2026.

WERNECK, Amanda De Almeida et al. O estigma da evasão escolar no Brasil: uma análise regional das possíveis causas. **Revista Tópicos**, v. 4, n. 33, p. 1-25, 2026. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/o-estigma-da-evasao-escolar-no-brasil-uma-analise-regional-das-possiveis-causas>. Acesso em: 4 mar. 2026.